


ID: 42	Reconquista	Tiragem: 11 000	Página: 1 e 3	
Data: 16.07.2020		País: Portugal Âmbito: regional Periodicidade: semanal	Cores e preto e branco	

CONTRA DECISÃO DO IPCB

## Idanha interpõe providência cautelar

**EDUCAÇÃO** Reorganização em quatro novas escolas e em nove departamentos foi aprovada pelo Conselho Geral do IPCB. Mas, a autarquia idanhense não se conforma em relação à ESGIN.

P3 e 4

MUNICÍPIO DE IDANHA E MOVIMENTO PELA AUTONOMIA DA ESCOLA

# Continua a luta pela ESGIN

**REESTRUTURAÇÃO** A decisão do Conselho Geral do IPCB (ver página 4) fez soar de novo as vozes de protesto, com o município a ameaçar com uma providência cautelar.

Lídia Barata  
lidia.barata@reconquista.pt

Uma providência cautelar é a arma que o município de Idanha-a-Nova vai usar contra o Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB), no sentido de travar o processo de reorganização da instituição, que coloca em risco a manutenção da autonomia da Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova (Esgin) e que foi aprovado dia 8 de julho pelo Conselho Geral.

A motivação de Armindo Jacinto, presidente daquela autarquia raiana, prende-se com o facto do Conselho Geral ter aprovado um modelo organizacional que tem levantado polémica, sem ter ouvido sequer a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, entidade que desde 1998 tem financiado uma grande fatia da despesa da Esgin, em termos de instalações, funcionamento, docentes e alojamento para os alunos. Contas feitas, o edil garante que nos 28 anos da Esgin, o município terá ali investido cerca de nove milhões de euros. Dezoito dos 25 conselheiros



Idanhenses não baixam os braços à luta

terão votado favoravelmente o modelo que prevê que as atuais seis escolas sejam compactadas em quatro novas unidades orgânicas, modelo que desde início levantou maior celeuma, mas que parece ter agradado desde início aos responsáveis do IPCB, tendo havido sempre alguma inflexibilidade e resistência a negociar com a autarquia de Idanha-a-Nova, principal patrocinadora da Esgin.

Em comunicado, recorde-se, o IPCB explicou que para a proposta vingar teria de ter a concordância de dois terços dos conselheiros, o que

acabou por se verificar.

Armindo Jacinto continua sem aceitar o argumento financeiro como forma do IPCB justificar a sua opção e, tal como vem repetindo desde o início deste processo, a avançar este Modelo A, "é como passar a certidão de óbito à escola sediada em Idanha-a-Nova, que perde a sua autonomia administrativa, científica e pedagógica".

**MOVIMENTO** Também o Movimento pela Autonomia da Esgin se manifestou contra mais esta decisão do Conselho Geral do IPCB, aprovando um cenário que

consideram "desequilibrado e injusto, na medida em que implica a perda da sede da Esgin em Idanha-a-Nova, bem como a sua autonomia administrativa, pedagógica e científica", além de que "prejudica Idanha-a-Nova e não respeita os idanhenses". Insistem que continuam sem perceber "de que forma é que este cenário contribui para o desenvolvimento do IPCB, ou o porquê de ficarem as quatro escolas com sede em Castelo Branco". Com esta decisão, "a escola está condenada a acabar, mas é evidente que ninguém se atreve a dizer ou a assumir

que a escola de Idanha vai fechar, apenas se fala que perde a sede".

Este Movimento que se assume "cívico, apolítico e independente", mantém o foco na luta pela manutenção da Esgin como até aqui. "A ESGIN é para o concelho de Idanha-a-Nova um dos principais indutores da economia local, pois contribui claramente para a criação de riqueza e emprego, com benefícios nos sectores da restauração, alojamento, comércio, entre outros", sublinham.

Recorde-se que o Movimento apresentou a 18

de fevereiro uma petição pública "Pela autonomia e sede - A Esgin sempre nossa!" à Assembleia da República, subscrita por 5.578 peticionários. No dia 18 de março, esta petição baixou à Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, admitida na sua reunião de 22 de maio, com o n.º 40/XIV/L.ª. E dia 1 de julho foram ouvidos naquela Comissão Parlamentar, acompanhados pelo presidente do município.

A petição terá que ser presente a plenário, por isso "vamos lutar para que nesse momento e para os devidos efeitos, a Assembleia da República tenha em consideração a questão da descentralização e da regionalização. E que tenha ainda em conta que Idanha-a-Nova está classificada, conforme a deliberação n.º 55/2015, de 1 de julho, da Comissão Interministerial de Coordenação de Portugal 2020, como território de baixa densidade, para aplicação de medidas de discriminação positiva", uma das prioridades assumida pelo Governo até 2030, pelo que "a nossa luta continuará".